

Parlamentares acusam a Frente de tentar prejudicar a votação

O deputado Francisco Carneiro (PMDB-DF) acusou ontem a Frente de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares pelos Direitos do Povo na Constituição de ser uma entidade "demagógica, agressiva e eleitoreira da esquerda, formada com o objetivo "de não só inviabilizar a votação da Constituição como de tentar impedir a modernização econômica do País". Segundo o deputado, o comício de terça-feira realizado pela frente — onde foi acusado de "traidor do povo" — "é uma prova" desta intenção e está baseada no fato de que "as esquerdas não têm voto".

De acordo com o parlamentar, "a minoria deveria se render à evidência da maioria", que, ao defender a entrada do capital estrangeiro no País, a mudança na estabilidade no emprego e a semana de trabalho de 44 horas, "pretende viabilizar a economia do País proporcionando aos trabalhadores emprego". Ele ressaltou, ainda, que a frente "fala em democracia, mas não a aplica na

prática, já que não permite a divergência de opinião e não respeita a da maioria".

O parlamentar afirmou que, se o objetivo da frente for de pressionar os parlamentares do Centrão a mudarem seu voto no plenário da Constituinte, "este esforço será tempo perdido", já que seus integrantes "têm consciência de que são necessárias as mudanças que propõem. A esquerda quer estatizar tudo que existe no País e não observa que a tendência mundial é pelo contrário", disse, citando como exemplo a Rússia.

"O primeiro ministro da Rússia, Gorbachev, decidiu a pouco privatizar setores da economia e abrir as portas do País ao capital estrangeiro. Ele fez isto por ver que a estatização total da Rússia não foi viável e a esquerda quer, no Brasil, exatamente o contrário", disse o parlamentar. Na sua opinião, esta tendência "por uma economia moderna" vem sendo notada também na atuação dos sindicatos, "que hoje não aceitam mais a liderança da CUT e da CNT,

além de algumas entidades já ameaçarem de greve se a estabilidade passar na Constituinte".

Meira

O senador Meira Filho (PMDB-DF), membro do Centrão acusado no comício da frente, na terça-feira, de "traidor do povo", questionou ontem "o sentido da democracia de esquerda". Ele afirmou que a democracia no País permite a expressão do pensamento, enquanto "nos países comunistas tal liberdade não é dada" e frisou que a frente tem usado este espaço "para caluniar" parlamentares.

O senador afirmou que os direitos dos trabalhadores serão defendidos na Constituinte "de maneira justa e equilibrada" e caberá ao povo julgar os votos que irá dar. O parlamentar disse que está satisfeito com sua atuação e que respeitará o mandato que lhe foi dado. "já senti na pele o sofrimento do trabalhador", ressaltou, afirmando que buscará nas votações "o equilíbrio" que leve ao desenvolvimento do Brasil.

Maria Abadia reage com indignação

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF) reagiu ontem, com indignação, ao fato de seu nome ter sido incluído como membro do Centrão no comício realizado terça-feira pela Frente de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares pelos Direitos do Povo na Constituição. A deputada afirmou que não faz parte deste grupo do Congresso, que não assinou nenhuma emenda do Centrão e que defende os direitos do trabalhador na Constituinte, não procedendo, portanto sua inclusão na lista dos membros desta ala política.

A deputada afirmou que, se os organizadores do comício tivessem acompanhado sua atuação, na Subcomissão dos Direitos Sociais e na Comissão de Ordem Social, teriam observado sua atitude em favor dos trabalhadores, ao invés de partirem agora para a "radicalização". Na sua opinião, a frente deveria esclarecer quais os critérios

que a levaram à inclusão do seu nome como membro do Centrão, já que, na sua opinião, «não há base para isto».

Além do que, frisou a parlamentar, este tipo de «pressão» para que os constituintes votem pelos direitos dos trabalhadores «pode resultar em reação contrária», acentuou. Isso porque, «o parlamentar pode se sentir ofendido e não votar com os trabalhadores, em protesto», disse. Maria Abadia classificou o comício da frente como uma iniciativa «inábil» para angariar votos às questões dos trabalhadores, e garantiu que, assim que a frente verificar que não faz parte do Centrão, perceberá que incorreu em erro.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes, Chico Vigilante, afirmou ontem que a deputada Maria de Lourdes Abadia foi incluída na lista dos membros do Centrão

devido a sua participação na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. Ele disse que a parlamentar apresentou à subcomissão emenda que legaliza as empresas de locação de mão-de-obra, situação considerada «uma ameaça para os trabalhadores».

O sindicalista disse que a deputada voltou a reapresentar emenda neste sentido durante a votação na Comissão de Sistematização, contexto que provocou a inclusão de seu nome na lista de membros do Centrão. Além do que, frisou, com a divulgação do nome da deputada, «a posição da parlamentar agora é clara, mas de certa maneira tivemos de pressionar para que se declarasse a nosso favor».

De acordo com Chico Vigilante, o que «não se poderia tolerar» é que um parlamentar por Brasília lutasse pela legalização das empresas locadoras de mão-de-obra.